



XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **25/07/2019**

Aprovado em: **29/07/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.03.05>

Educação do Campo e Território: um balanço da produção acadêmica dos últimos 10 anos/ Field Education and Territory : a balance of academic production over the last 10 years / Educación del Campo y Territorio: un balance de la producción académica de los últimos 10 años

EIXO: 3. EDUCAÇÃO NO CAMPO, MOVIMENTOS SOCIAIS

LUIZA SOUZA FREITAS, WANIA AGOSTINHO, MARIA CELESTE REIS FERNANDES DE SOUSA

RESUMO:

Este artigo reconhece a Educação do Campo como direito e se preocupa com os territórios de vida dos sujeitos do campo. Por isso, o texto aproxima o debate da Educação do Campo a estudos sobre território. O artigo, de cunho bibliográfico, tem como objetivo mapear as pesquisas produzidas nos últimos dez anos que discutem Educação do Campo e território. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de artigos produzidos nos últimos dez anos, disponíveis no portal de periódicos da CAPES. Os artigos analisados evidenciam a correlação entre a Educação do Campo e o Território e instituem novos estudos que exploram de modo mais atento o território como campo de luta, lugar da vida e da cultura.

ABSTRACT

This article recognizes the education of the countryside as a right and is concerned with the living territories of the subjects of the field. Thus this text brings the debate of rural education to studies on territory. This bibliographical article aims to map research that discusses rural and territorial education. The methodology used was the bibliographical survey of articles produced in the last ten years and available through CAPES journal portal. The analyzed articles show a correlation between the education of the field and of the territory and promotes new studies to explore more closely the territory as a field of struggle, place of life and culture that conforms education in the field

RESUMEN

Este artículo reconoce la educación del campo como un derecho y se ocupa de los territorios vivos de los sujetos del campo. Por lo que el texto lleva el debate de la educación rural a los estudios sobre el territorio. El artículo bibliográfico tiene como objetivo hacer un mapa de las investigaciones realizadas en los últimos diez años sobre la educación rural y territorial. La metodología fue la encuesta bibliográfica de artículos producidos en los últimos diez años y disponible en el portal de la revista CAPES. Los artículos analizados muestran la correlación de la educación del campo y del territorio e instituyen nuevos estudios que exploran más de cerca el territorio como campo de lucha, lugar de la vida y cultura.

INTRODUÇÃO:

Este artigo busca aproximações teóricas entre Educação do Campo e Território e tem como objetivo mapear as produções acadêmicas realizadas nos últimos dez anos, relacionadas à Educação do Campo e aos estudos sobre Território.

É com essa intenção de aproximação teórica que emerge a necessidade de se refletir sobre a Educação do Campo enquanto território de lutas, de aprendizagens, de produções culturais. Assim se apresenta a Educação do Campo nos documentos que a normatizam e na literatura sobre o tema. Compreendendo a Educação do Campo como direito, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996) que em seu artigo 28, estabelece que as instituições educacionais promoverão adaptações no currículo, contemplando a diversidade presente nas vivências dos(as) educandos(as); faz referência a importância da adequação do calendário escolar aos períodos de plantio e colheita de cada região, valorizando assim os tempos de vida do campo.

A Educação do Campo nos últimos anos tem se efetivado com base nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo, instituídas pela resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que em seu artigo 2º, parágrafo único, prioriza a valorização da identidade do campo, com vistas à adequação do currículo a sua realidade, primando pela qualidade do ensino.

Art. 2º - Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Profissional de Nível Técnico e a Formação de Professores em Nível Médio na modalidade Normal. (BRASIL, 2002, p. 37)

Essas diretrizes apontam ainda para a necessidade de ofertar um ensino que dialogue com a diversidade, sendo, portanto, necessárias as adequações nas propostas pedagógicas das escolas, ressaltando o direito do povo de ser educado no lugar em que vive, respeitando sua cultura e sua história.

No processo de construção de uma política de educação do campo, em 28 de abril de 2008 foi publicada a resolução CNB/CEB nº2, que estabelece as Diretrizes Complementares para a efetivação da Política de Educação Básica para o Campo, consolidando o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade na comunidade em que vivem, desde a Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental. Dessa forma, evita-se, ao máximo, a nucleação de escolas nas comunidades rurais.

Outro ganho foi alcançado pela Educação do Campo por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que em seu artigo 14 define que 30% (trinta por cento) dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE se destinem à aquisição de alimentos, diretamente da agricultura familiar. Tal fato refletiu na valorização do trabalho do camponês, da camponesa, da agricultura familiar, das ações desenvolvidas pelos assentamentos de reforma agrária e das comunidades indígenas e quilombolas que retiram da terra seu meio de subsistência.

Cumprir destacar como contribuição para esta análise, que no Censo da Educação Básica, referente ao ano de 2018 (BRASIL, 2019), as escolas do campo apresentam melhorias nos aspectos que primam pela qualidade e infraestrutura, contudo ainda longe do ideal, se comparado às instituições localizadas no perímetro urbano, sinalizando que as políticas públicas implementadas nos últimos dez anos favoreceram esse desenvolvimento, mas a passos lentos.

Esses marcos normativos e políticos se apresentam em meio à caminhada de luta do povo do campo, pelo direito ao acesso a uma educação de qualidade que considere suas especificidades. Neste sentido, o debate que se apresenta neste artigo dialoga com essas normativas, uma vez que não se constrói um discurso que se propõe pensar a caminhada da Educação do Campo, sem considerar os marcos políticos e as lutas que a envolvem.

Portanto, este artigo, de cunho bibliográfico, reconhece o direito à educação no campo, e é parte de um estudo em fase inicial, que se propõe

articular a temática da Educação do Campo com estudos de e sobre território, em diálogo com autores do campo da Geografia. Em uma reflexão inicial sobre a fertilidade dessa aproximação teórica, pode-se afirmar que “[...] “o território do campo aparece como disputa e, também, como uma lógica de territorialização de práticas libertárias” (CALDART,2012,p. 228).

1. Educação do campo e território: aproximações teóricas

No Brasil, a Educação do Campo tem se efetivado em meio a lutas históricas dos movimentos dos assentados, camponeses e agricultores intimamente ligados a terra e ao que nela se insere. Para tanto, compreender a concepção de Educação do Campo é fundamental, partindo do entendimento de que não se pode falar do lugar sem por ele passar. Roseli Salete Caldart, ao se propor a definir a Educação do Campo, afirma que “a Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações”(CALDART,2012 p. 259). Ao afirmar que a Educação do Campo nomeia um fenômeno da sociedade brasileira, a autora perpassa por caminhos históricos marcados pelo fenômeno da crescente industrialização no país e, ao mesmo tempo, pela histórica luta dos povos do campo frente a esse processo, pela manutenção de suas raízes culturais, resistindo aos desafios impostos pelo avanço industrial que movimentou a economia nas últimas décadas.

As abordagens e discussões apresentadas no livro “Dicionário da Educação do Campo” (BRASIL, 2012) revelam a trajetória da construção histórica e conceitual da Educação do Campo e seus desdobramentos (sujeitos, escola do campo, currículo, saúde, políticas públicas, dentre outros). O exercício empreendido pelos autores que se propõem a explicar as diferentes temáticas e pelos organizadores da obra evidencia que o próprio termo “Educação do Campo” não é somente um conceito a ser construído, mas é movimento de construção e reconstrução de um novo paradigma, ou seja, a Educação do Campo surge a partir da necessidade de transformação da realidade do camponês, da camponesa, do agricultor, da agricultora e dos movimentos sociais que a englobam. “A realidade que produz a Educação do Campo não é nova, mas ela inaugura uma forma de fazer seu enfrentamento” (CALDART, 2012, p.261).

Reforça-se, pois, a importância da luta dos movimentos sociais na construção de novos modos de pensar e olhar o campo e suas particularidades. Ressalta-se, ainda, que nessa concepção, a Educação do Campo pensa o processo educativo e as aprendizagens a partir de um lugar que é vivido, construído e modificado pelos sujeitos. Assim sendo, “a terra” (Alentejano.2012), o “trabalho” (Alentejano.2012) e a “cultura” (Tardin.2012.) estão presentes na concepção da política de Educação do Campo, nas aprendizagens dos sujeitos do campo e perpassam pelo currículo das escolas.

A terra é concebida por Alentejano (2012) pela perspectiva do direito do camponês, da camponesa, do indígena, do quilombola e dos assentados que tradicionalmente a habitam e que, embora passados os anos “continua sendo sinônimo de poder e riqueza concentrados nas mãos de poucos no Brasil, e não necessariamente de brasileiros” (ALENTEJANO.2012, p. 745).

Para o autor, o trabalho se configura como o traço que marca a história de luta do homem e da mulher que atuam em meio à diversidade de trabalhos exercidos no campo e que retiram da terra sua subsistência. “O trabalho, aqui, move e dá sentido à vida no campo, por isso não se apresenta apenas pela relação de poder que o configura, mas abarca a história e a memória de quem se produz nele” (ALENTEJANO, 2012).

A Cultura, nesse contexto, demarca a identidade do camponês e da camponesa, como eixo central que caracteriza a vida no campo em sua diversidade.

Nestes termos, o campesinato confirma e exige tomar o tratamento da cultura em sua pluralidade; trata-se, portanto, de culturas do modo de ser de cada sociedade, nas quais se supera a pretensão de que haja “a cultura” e, fora dela, a ‘não cultura’, como, na particularidade no campo, tem-se as culturas camponesas. (TARDIN.2012.p.180, aspas do original)

Por este motivo, pensar a cultura no campo incide em pensar na diversidade cultural exercida no cotidiano, uma vez que são múltiplas vivências que se relacionam à identidade dos indivíduos em seu modo de agir no campo, na espiritualidade e nas crenças que ali acontecem, bem como nas produções artísticas que traduzem o cotidiano. Assim, entende-se que a Educação no Campo passa pela cultura, já que a diversidade cultural se faz presente na escola e caracteriza a identidade dos sujeitos em suas particularidades. Portanto, já não se constitui como uma educação para o campo nos moldes urbanos como historicamente se apresentava, mas sim, uma educação que parte das vivências, dos debates, da cultura, do trabalho, das lutas dos movimentos sociais e de cada sujeito que habita o campo. Vale a pena ressaltar que

como referência de futuro à educação dos trabalhadores, a Educação do Campo recoloca desde sua luta específica a questão sempre adiada na história brasileira da efetiva universalização do direito à educação, tensionando na esfera da política formas e conteúdos de ações do Estado nessa direção. (CALDART, 2012, p. 261.)

Compreender esse processo de construção conceitual e político da Educação do Campo incide em entender também a luta pelo direito ao acesso e à permanência na educação. Verifica-se aqui, que o direito à educação é uma defesa que move as práticas dos movimentos sociais na busca por uma educação de qualidade, defesa esta que impulsiona homens e mulheres a buscarem a mudança de suas realidades.

Por meio dessa compreensão, a Educação do Campo assume o caráter mais social, que se aproxima das aprendizagens reais e da cultura, abraçando, pois, a diversidade presente na vida no campo. Por este motivo, a educação no campo, por si só, já se constitui como um território, porque nela se inserem os processos culturais, as interações, as trocas de saberes, as lutas e os sofrimentos de cada um dos sujeitos que ali habitam. Partindo desse princípio, em uma perspectiva simbólica, cabe-nos ainda a compreensão do conceito de Território que marca o desenvolvimento dos sujeitos e as interações culturais que o constitui.

Os territórios na Educação do Campo nos desafiam para construirmos as condições educacionais apropriadas para um desenvolvimento de um modo de vida em que a família, a terra, o alimento, a comunidade, a escola, o movimento, as pessoas, o trabalho, estão acima da mercadoria. (FERNANDES, p.15,2012.)

Sendo assim, o território aqui faz parte da essência da Educação do Campo e não há como dissociá-lo da terra, da cultura, do trabalho e da interação entre os sujeitos. Não se trata somente de uma delimitação geográfica territorial, mas de compreender o que o lugar representa e o que se apresenta nesse lugar. É, pois, um intenso movimento de construção da história e da memória; é o território que passa pela vida no campo e a vida que se constitui no território das práticas.

Por isso, ao pesquisar a Educação do Campo associada ao território, considera-se que a mesma se constrói e se afirma em um processo que lhe é próprio. “Quando geografamos, fazemos nossos territórios e construímos nossas histórias. Esta é Pedagogia da Educação do Campo. A Pedagogia dos sujeitos que fazem de seus territórios os seus pensamentos e os defendem” (FERNANDES, 2012, p. 16). Por isso, compreendendo o campo enquanto território, partimos da premissa de que nele são construídos os processos de apropriação da identidade de cada sujeito, de reconhecimento da cultura que se desenvolve em seu cotidiano e ainda no reconhecimento da luta e do trabalho que marcam a história da Educação do Campo no Brasil.

Assim pensando, ao longo de sua trajetória histórica, a Educação do Campo se deu neste território de lutas políticas objetivas e subjetivas pela apropriação do espaço (concreto ou ideológico), em que o sentimento de pertencimento vai além dos laços afetivos de amor a terra (DA SILVA.2010, CALDART.2012, FERNANDES.2012, SODRÉ.2012, MOLINA.2014, ROCHA.2014, FARIAS .2016). Vale lembrar que este território vem se constituindo, na maioria das vezes, às margens da sociedade e que ainda assim resiste em se manter na luta. Daí sua multidimensionalidade, que perpassa pelas relações sociais. Podemos então afirmar que o território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, "desdobra-se ao longo de um continuum que vai da dominação político-econômica mais &39;concreta&39; e &39;funcional&39; à apropriação mais subjetiva e/ou &39;cultural-simbólica" (Haesbaert, 2004a:95-96).

A partir de Haesbaert (2004), entende-se que nesse local em que se configuram as múltiplas relações, o território interage intrinsecamente com a história, com a memória e com o sentimento. Por esse motivo, refletir sobre os sujeitos da Educação no Campo é pensar nas mulheres e homens, jovens e crianças que ali atuam no trabalho braçal, no cultivo da terra, no suor de cada plantação. É saber que esses são os mesmos sujeitos que buscam o direito de estudar e que o território para esses sujeitos está na lógica do pertencimento.

Nesse sentido, o território se configura para além de dimensões políticas. O território para os sujeitos do campo é vida que pulsa na veia de camponeses e camponesas, agricultores (as), assentados(as) e dos pequenos produtores que retiram da terra seu sustento e nela constroem sua história. Pode-se afirmar que ali são tecidas territorialidades próprias, ricas de sentido e memória. Assim, pode-se

refletir que, no campo

a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está "intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar. (HAESBAERT, p.24,2017)

O conceito de territorialidade se insere nesse lugar de movimento, em que os sujeitos do campo se constituem e significam suas ações. É um território de movimento, porque com o passar dos anos, mesmo com todas as mudanças vivenciadas em cada lugar do território nacional, a cultura do campo resiste. Não há pois, nessa reflexão, espaço para a negação do território, porque a terra e o sujeito do campo, em muitos momentos, tornam-se um só. Dessa forma, não há territorialidade sem o território, não há Educação do Campo sem o camponês, sem a camponesa, o agricultor e a agricultora, sem os jovens, adultos e crianças, sem a cultura, sem a luta, sem o sujeito.

O campo se constitui território em sua mais ampla concepção por englobar tamanha diversidade. Sujeitos que mesmo "marginalizados" permanecem na luta e se efetivam na busca por melhores condições de vida. Sujeitos que ganham voz na raça e que não esquecem a raiz da tradição que os move na busca pelo que lhe é de direito. Território este que produz história e que dialoga com a memória de um país de tradição agrícola, marcado pela exploração dos mais necessitados, da terra fértil e dos recursos naturais de valor incomensuráveis.

1. Educação do campo e território no corpus de análise

Neste estudo, realizamos um mapeamento da produção acadêmica, com artigos produzidos nos últimos dez anos, e publicados no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, utilizando como termos de busca: "Educação do Campo" AND "Território", e considerando artigos em Língua Portuguesa.

Foram encontrados e lidos (32) trinta e dois artigos. Desse conjunto, foram selecionados (17) dezessete para esta análise, por contemplarem o critério adotado: apresentarem uma abordagem acerca da Educação do Campo, contemplando o Território.

Para a categorização e discussão dos artigos encontrados, observou-se a interlocução da Educação do Campo com o território vivido, portanto, praticado pelo sujeito e pensado pelas políticas públicas. Entendemos que o território em que se constitui a Educação do Campo abarca a diversidade de sujeitos que nela se fazem presentes. Por este motivo, evidencia-se nos diálogos a "Educação do Campo" entendendo-a como direito do camponês, dos assentados que vivem neste território e "Educação no Campo" como direito às diversas aprendizagens que ali acontecem, sendo a escola um espaço a mais de aprendizagem.

Os artigos foram então agrupados em: formação docente (07 artigos); sujeitos do campo (05 artigos) e território vivido em suas correlações com a educação (05 artigos).

Nos sete artigos que contemplam a formação docente, pode-se afirmar que esta é tomada como pilar para o desenvolvimento de uma educação de qualidade; está assegurada pela política de Educação no Campo, que instituiu o compromisso da formação continuada de professores do campo, através do decreto nº 6.755, de 29 de junho de 2009, no artigo 2º e em seus respectivos parágrafos.

Nesse subconjunto, foram identificados quatro artigos que apresentam as contribuições teóricas dos cursos de licenciatura em Educação do Campo para a formação dos profissionais que atuam nas

escolas do campo, como também, os desafios enfrentados no percurso de efetivação e ampliação dessa política (MOLINA.2014, ROCHA.2014, COSTA.2016, MARI.2016, HORÁCIO.2016, SANTOS.2016, FARIAS. 2016, SOUZA. 2017, KATO.2017, PINTO.2017).

Verificou-se ainda, três produções que retratam uma contextualização do processo de construção e ampliação da política de formação de professores no campo, a influência dos movimentos sociais nesse processo de ampliação e a abordagem de temas que tangem a relevância da leitura no espaço escolar, currículo e experiências vivenciadas ao longo da formação continuada (DA SILVA.2010, FERREIRA.2018, PIATTI.2018,).

É relevante destacar que, dos artigos analisados neste estudo, cujo foco são as aproximações teóricas entre a Educação do Campo e o território, os artigos que tratam da formação docente, articulam a universidade com a comunidade, evidenciando a contribuição daquela na formação do sujeito desta. Esses artigos fortalecem o debate em torno da importância dessa formação.

O Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (BRASIL,2009), que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica fortalece as ações no âmbito da formação continuada no campo, primando pela qualidade do ensino e considerando as especificidades e a diversidade presente no campo. Por sua vez, o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 dispõe sobre a política de Educação no Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA reafirma a importância de efetivar uma política de incremento da formação dos sujeitos do campo, por meio do acesso às universidades (BRASIL, 2010).

A formação docente que prioriza o sujeito do campo é parte de uma estratégia para o desenvolvimento da Educação do Campo com vistas à superação do analfabetismo, ampliação do acesso e permanência nas instituições de educação básica e na modalidade Educação de Jovens e adultos. O Decreto citado reafirma, no parágrafo terceiro, a responsabilidade da União de criar mecanismos que assegurem a qualidade da educação, por meio de investimentos que visem superar a defasagem historicamente presente na Educação do Campo.

A correlação entre formação docente e universidades, priorizando jovens e pessoas adultas que vivem no campo como destinatários dessa formação, alia-se ao fortalecimento da escola no campo, em uma perspectiva transformadora.

Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva. (CALDART, p.264,2012)

Educação do Campo se faz em um contexto de formação do sujeito que nela atua. Para tanto, a formação se apresenta como forma de possibilitar ao sujeito apoderar-se do lugar de fala, estabelecendo vínculos profundos com os saberes teóricos, como também com as práticas do cotidiano, tecidas no chão da escola.

A esse respeito Fernandes (2012) reafirma a importância das universidades para a constituição do processo de formação dos sujeitos do Campo: “ A educação do Campo superior é terra nova no campo dos desafios e as experiências relatadas, refletidas e analisadas fazem parte das primeiras colheitas” (p. 20). Apresenta-se, então, a relevância das universidades na formação do sujeito do campo, por ser este sujeito ator das práticas ali desenvolvidas. O conjunto de artigos sobre essa temática, reafirma a importância do lugar da universidade e da formação docente, especialmente daquele que vive no território, por estar imerso na cultura, na vida do campo, no trabalho, nos dilemas e possibilidades da comunidade.

Do conjunto dos artigos analisados, um subconjunto, composto de (05) cinco artigos apresentou a construção da identidade do sujeito do campo em uma abordagem social e histórica, reconhecendo o processo vivenciado pelos sujeitos do campo ao longo da constituição da política de Educação do Campo. Importante pensar a identidade construída em meio à luta pelo direito a terra, pelo direito a uma educação de qualidade, pelo direito de ter sua diversidade cultural respeitada e de serem reconhecidos como cidadãos que sobressaem no texto desses autores (DA SILVA.2010, SODRÉ.2012, NASCIMENTO.2012, SOUZA.2013, COSTA.2016, MENDES.2017).

Nesses artigos, o campo emerge como palco de lutas travadas pelos movimentos sociais, que buscaram seu lugar no campo das políticas públicas, por uma educação que partisse da realidade e que dialogasse com as vivências dos sujeitos do campo, com sua relação com o trabalho, com a terra, com o tempo e as mudanças climáticas, com a cultura e suas práticas cotidianas impregnadas de simbolismo. Para tanto,

a Educação do Campo vem travando lutas e disputas para demarcar um território e que nessa condição encontra-se em permanente estágio de alerta, pois propõe uma educação que parte da realidade, que forja sujeitos capazes de compreender as relações estabelecidas na sociedade. (FARIAS, Maria Izabel, 2016,p.190)

Os vínculos com o território aqui se fazem no reconhecimento da diversidade cultural, da identidade que se configura como a essência do homem, da mulher, do jovem e da criança do campo, que não somente vivem neste lugar, mas que o constroem e dão significados a ele. Por este motivo, a luta por uma educação que reconheça a diversidade do campo e se faça presente na história de efetivação das políticas públicas é esboçada nesse conjunto de artigos que revela também as marcas dessa trajetória, na tentativa de superar o modelo de educação oferecido para o campo, pensado em uma lógica que não é a lógica do campo. Neste sentido, esse conjunto de artigos evidencia essa caminhada dos movimentos sociais que questionam e propõem uma Educação do Campo e para o campo, uma educação que se faz no território de vida de cada sujeito.

Esses artigos nos levam a refletir, ainda, sobre a necessidade de reconhecer que a Educação do Campo se dá em meio ao processo de construção de identidade coletiva em que o campo se constitui como um território. Significa considerar que nesse lugar há homens, mulheres, crianças, jovens e adultos que possuem uma identidade que lhes é própria e que tem um valor social, o que nos leva a ampliar os modos de ver e pensar a escola do campo.

Outro subconjunto de (06) seis artigos discute a Educação do Campo em um recorte territorial mais delineado, ou seja, caracterizando situações específicas de um dado território. Aqui é preciso clarear para o leitor o que você está pensando.... Por exemplo, Fulano investiga a escola do campo .. o que você chama de “um dado território”?

Tais artigos referem-se à Educação do Campo que perpassa o vivido, o experimentado e o construído em cada comunidade e revelam ainda conceitos importantes para a compreensão do currículo das escolas do campo, bem como a identidade impregnada na construção do currículo educacional em seus vínculos com a terra e a cultura.

Refletindo sobre esse conjunto de artigos que nos propusemos a analisar e os vínculos entre a Educação do Campo e o território, retomamos o amálgama entre sujeitos e território como destacam autores do campo da Geografia.

É possível partir de uma constatação aparentemente banal: sem dúvida o homem nasce com o território, e vice-versa, o território nasce com a civilização. Os homens, ao tomarem consciência do espaço em que se

inserir (visão mais subjetiva) e ao se apropriarem ou, em outras palavras, cercarem este espaço (visão mais objetiva), constroem e, de alguma forma, passam a ser construídos pelo território. (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 42)

Todos os artigos analisados evidenciam a estreita correlação entre sujeito e território e nos permitem refletir sobre apropriação, cultura, terra, trabalho e educação, que demarcam o campo como território simbólico, mas também como constituído na luta pelo direito à vida e à educação no campo.

1. Conclusões

Como destacamos, a Educação do Campo tem se efetivado em meio a lutas sociais históricas de homens e mulheres que, mesmo em meio aos desafios postos nos últimos anos, encontram no campo um sentido que os impulsionam a lutar pelo direito a terra, pelo direito à educação e ao respeito à sua identidade.

Refletir sobre essa trajetória auxilia na compreensão dos conceitos que tangem os debates territoriais, uma vez que o campo em si já se constitui como um território, por ser ele um lugar de produção cultural, de construção de identidade, de constantes interações entre o homem e a mulher do campo com a terra, com a vida e com a cultura posta em sua realidade.

Assim, é relevante pensar na Educação do Campo como um movimento híbrido em que os sujeitos do campo são constituídos nesse processo em que a terra, a cultura e o trabalho se tornam um todo, somados às aprendizagens que acontecem dentro e fora da escola.

Neste sentido, já não se concebe pensar na Educação do Campo fragmentada e/ou distante da realidade, pois a mesma está envolta em experiências e significados que são próprios do campo. Por este motivo, reconhecê-la como um direito é também dizer que este lugar de estudo tem valor, tem vida, tem história. Deste modo, a Educação do Campo se faz território como afirma Fernandes (2012) e “propõe caminhos que nos desafiam cotidianamente a pensar em cada sujeito e nas condições educacionais que lhes oferecemos”.

Este artigo nos desafia a pensar a Educação do Campo com o olhar do direito e do território vivido e construído por todos os que nele se inserem. Desafia-nos ainda a pensar de que lugar as pesquisas se propõem a olhar o campo e como podemos avançar nesse diálogo.

Contudo, é instigante pensar que ainda há muito a ser construído neste caminho de pesquisa em relação à Educação do Campo e ao território, uma vez que a luta pelo direito ao acesso e permanência nas escolas do campo se tornam cada vez mais atuais. É uma caminhada que se assemelha ao camponês e à camponesa que plantam na esperança da colheita, na espera da chuva e do sol para fazer crescer o grão.

Assim também é concebida a política de Educação do Campo, que nos últimos anos tem semeado a defesa pelo direito à educação, a terra e ao trabalho, na esperança de um dia chegar ao reconhecimento efetivo de sua identidade singular e tão rica. Vê-se aqui um território fértil, que se propõe a pensar a Educação do Campo de um lugar que considera sua história, sua identidade e sua cultura.

1. Referências

- ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves (Ed.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Ministério da Educação, Governo Federal Brasil, 2012.
- CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de educação no campo**. Rio de Janeiro, 2012.
- COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. A ecologia política de Enrique Dussel: aproximações para as lutas sociais na América Latina. **Revista Em Pauta**, v. 14, n. 38, 2016.
- COSTA, Eliane Miranda. Licenciatura em Educação do Campo: Intencionalidades da formação docente no Marajó. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 2, p. 279-298, 2016.
- DA SILVA ARAÚJO, Sônia Maria. Educação do campo no Brasil: um discurso para além do pós-colonial?. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 221-242, 2010.
- DICIONÁRIO, DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. **Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular**, 2012.
- Haesbaert. Rogério; Limonad. Ester. O Território em tempos de Globalização. **Revista : etc... espaço, tempo e crítica**. 2007.p.39 a 52.
- MOLINA, Monica C.; ANTUNES-ROCHA, Isabel. Educação do Campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores—reflexões sobre o PRONERA e o PROCAMPO. **Reflexão e Ação**, v. 22, n. 2, p. 220-253, 2014.
- PANTOJA, Wallace Wagner Rodrigues. Educação do Campo à beira da “Faixa”: A (in) existência do lugar como espacialização do fenômeno. **GeoTextos**, v. 11, n. 2, 2015.
- PEREIRA, Isabel Brasil et al. Dicionário da Educação do Campo. **Revista Pegada – vol. 13 n.2**, p. 228 - 231. 2012.
- Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002 - **Institui Diretrizes Operacionais** para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
- ROCHA, Maria Isabel Antunes; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves. **Territórios Educativos na Educação do Campo: Escola, comunidade e Movimentos Sociais**, p.15-251,2012.
- SOARES DE LACERDA, Maxwell Brian et al. Diagnóstico sócio-econômico dos agricultores e o impacto do programa bolsa família, conceição–paraíba-brasil. **HOLOS**, v. 1, p. 41 - 51.2010.
- SODRÉ, Maria Dorath Bento; NASCIMENTO, Antônio Dias. Problematizando a identidade na educação: a educação do campo. **Revista Educação e Emancipação**, p. 126-148, 2012.
- SOUZA, Elizeu Clementino. Educação e ruralidades. **Revista da FAEBA-Educação e Contemporaneidade**, v. 20, n. 36, 2013.